

Uma cidade como as outras. Com povo

Franklin Martins

Quando Brasília foi inaugurada, supunha-se que a nova capital, voltada exclusivamente para a administração pública, relativamente isolada das tensões sociais dos centros nervosos do país e concebida com grandes espaços e avenidas, permitiria aos poderes da República funcionarem livres das pressões diretas da rua — tão comuns no Rio de Janeiro, a antiga capital, onde uma simples greve de bonde local sempre podia se converter num problema nacional.

Os 25 anos de existência de Brasília mostram que a suposição estava errada. Mal saída das pranchetas dos arquitetos e urbanistas que a plantaram no Planalto Central — “nessa solidão que se transformará em breve no cérebro das mais altas decisões do país”, conforme previa seu fundador, o presidente Juscelino Kubitschek —, a nova capital foi se revelando tão sensível à luta política como qualquer outra grande cidade do país. As legiões de cidadãos, que levantaram os modernos prédios e palácios e foram fixar raízes nas cidades-satélites, e de funcionários públicos, encarregados de fazer funcionar a máquina do estado, ao darem vida à Brasília, tornaram-na semelhante ao resto do Brasil urbano.

Nem bem os primeiros jardins concebidos pelos paisagistas começavam a florir no pobre solo do cerrado, e Brasília já provava o cheiro de pólvora, com a revolta dos sargentos em setembro de 1963. Inconformados com a decisão do Supremo Tribunal Federal que reafirmou que eles eram inelegíveis, 650 sargentos, cabos e soldados da Aeronáutica e da Marinha, liderados por Antônio Prestes de Paula — que, ano passado, voltou a ganhar as manchetes dos jornais, acusado de chefiar um assalto a banco na Bahia, para um grupo abrigado dentro do PT —, tomaram ministérios, a base aérea e a central telefônica. O movimento foi rapidamente sufocado, os rebeldes presos e duas pessoas morreram: um civil e um militar. A capital tinha sido batizada.

Durante o golpe militar, a cidade assistiu atônita aos acontecimentos. A fuga de João Goulart, a declaração pelo Congresso da vacância da Presidência da República, a ascensão de Castello Branco e do regime militar, as cassações e perseguições não levaram os brasilienses à rua. Como no resto do país, prudentemente eles foram apenas espectadores.

Em 1968, quando a agitação estudantil percorreu o Brasil, a Universidade de Brasília foi um dos focos mais ativos dos protestos, sob a liderança de Honestino Guimarães que, no ano seguinte, chegaria à presidência da União Nacional dos Estudantes, então clandestina, e depois seria preso e morto. As greves, passeatas e manifestações dos universitários só cessaram com o AI-5 e o desencadeamento da mais feroz repressão policial.

Nos anos seguintes, a cidade, com sindicatos ainda débeis, com sua principal universidade amordaçada e sem o direito à representação política, pouco pôde participar da recomposição das forças de oposição que desaguou na espetacular vitória do PMDB nas eleições de 1974. Debajo da aparente calmaria, porém, Brasília, como todos os centros urbanos do país, abrigava um forte sentimento favorável à redemocratização.

A morte de Juscelino trouxe-o à tona, de forma abrupta. O corpo do fundador da cidade, cassado e perseguido durante seus últimos anos de vida e ignorado na hora da morte pelo poder — nenhum ministro compareceu à missa de corpo presente na catedral de Brasília e foram negadas a JK as honras de chefe de estado —, foi recebido com uma grande manifestação política pelo povo da cidade que, espontaneamente, cantando o Peixe Vivo, homenageou-o e demonstrou seu desagrado com o governo. Carregado pela multidão, que não permitiu que ele fosse levado por um carro do Corpo de Bombeiros, o corpo de Juscelino desfilou entre palmas, flores e gritos de protesto.

A cidade, mais amadurecida, se reencontra com sua alma política. E, a partir daí, seria, cada vez mais, palco de protestos, meca de caravanas de manifestantes, centro nervoso dos

principais acontecimentos da redemocratização. As galerias do Congresso voltaram a se encher de populares a cada votação importante. Em 1979, quando o presidente Figueiredo, valendo-se da maioria da Arena na Câmara e no Senado, impôs a reforma política que extinguia o MDB, nem a claque dos membros de um estranho Clube do João — todos com cabelos cortados a zero e obedecendo militarmente às ordens de seus chefes — conseguiu abafar as vaias das galerias, tomadas em sua maioria por manifestantes vindos de vários estados, mas também do Plano Piloto e das cidades-satélites.

A cena voltaria a se repetir muitas vezes, já com a Arena e o MDB transformados em PDS e PMDB. Na votação da vinculação dos votos, que pretendia garantir de antemão a vitória do governo nas eleições de 82 mas acabou produzindo a incorporação do Partido Popular de Tancredo Neves ao PMDB de Ulysses Guimarães e na discussão dos vários decretos-leis que arrochavam os salários, o Congresso recebeu multidões. O povo descobria seus próprios mecanismos de lobby, abertos e ruidosos. Mesmo projetos específicos, como a regulamentação de profissões ou a abertura de áreas de garimpo para empresas de mineração, passaram a atrair muitos interessados.

Na campanha das diretas, a capital fez grandes manifestações. Mesmo diante das medidas de emergência decretadas pelo presidente Figueiredo e aplicadas pelo general Newton Cruz, o povo saiu às ruas, com bandeiras, faixas e cartazes. Um monumental buzinaço tomou conta da Praça dos Três Poderes, no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira. Estudantes, com seus corpos,

escreveram o slogan diretas-já nos jardins do Congresso e o presidente, à tarde, teve que atrasar sua saída do Palácio do Planalto em 25 minutos, preocupado com os manifestantes. Impedida de entrar na Câmara, a população recebeu a derrota da emenda com frustração e revolta, cunhando a maldição que logo se tornaria realidade: “O povo não esquece, acabou-se o PDS.”

Menos de um ano depois, o Congresso seria novamente cercado em clima de festa, no dia da posse de Sarney. Nem a doença de Tancredo, submetido, na noite do dia anterior, à primeira cirurgia, inibiu as emocionantes e alegres manifestações populares pela vitória da democracia. A multidão dançou, cantou e subiu a rampa do Congresso, carregando uma imensa bandeira nacional — simbolizando o reencontro do país com o povo. Logo Brasília receberia, ela própria, cidadania política, com a conquista do direito de eleger deputados e senadores que lhe fora negado durante 25 anos.

No último dia 15, pela primeira vez em sua história, os brasilienses foram às urnas, elegendo um senador pelo PDT — o único desse partido nessa safra — e dois do PMDB, considerados progressistas, e uma bancada para a Câmara onde a esquerda é fortemente representada.

Ponto de convergência dos anseios e pressões vindos de todo o país, cidade que, em seu batismo na urna, votou pelas mudanças, Brasília, como sede da Constituinte, não será definitivamente uma redoma de vidro para proteger o poder das ruas. Como as manifestações de ontem mostraram, ela reflete, com vida própria, as tensões, decepções e disputas que marcam o país.

Arquivo — 13/9/63



Em posição de combate, tropas dominam revolta dos sargentos

Arquivo 15/3/85



Povo faz festa e toma Congresso na posse do presidente Sarney